

CONTRIBUIÇÕES DO DISCURSO DOS JESUÍTAS À SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA

Aécio Feitosa

Em sua obra "Monumenta Brasiliae", Serafim Leite, após buscas incansáveis nos arquivos de Portugal, e da Companhia de Jesus, em Roma, reproduz em quatro volumes centenas de documentos do mais alto valor histórico relativos aos vinte primeiros anos de atividades dos Jesuítas, no Brasil(1).

Esta documentação cobre o período 1549-1568, e, na sua quase totalidade foi ela produzida no Brasil pelos próprios Padres da Companhia.

Tomamos estes documentos como fonte maior para a análise das contribuições que o discurso dos Jesuítas ofereceu à sociedade brasileira do período em que estes documentos foram escritos.

Considerar este assunto implica ao nosso ver na abordagem de um tema preliminar: a consideração do contexto da sociedade brasileira antes e durante o período em que estas contribuições se situam. Isto faremos através de uma síntese histórico-retrospectiva visando caracterizar os principais elementos desta sociedade que mais diretamente se relacionam com o problema a ser analisado.

1. VISÃO RETROSPECTIVA DA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA

Sob o ponto de vista econômico, a sociedade colonial brasileira antes e durante o período 1549-1568 é marcada pela predominância de interesses mercantilistas concernentes à exploração da cana-de-açúcar. Uma pequena minoria, a dos senhores dos engenhos, manipula estes interesses e deles retira vantagens não negligenciáveis. O regime de escravidão indígena e negra, complementada por outros elementos humanos

(os agregados e colonos exilados da metrópole), oferecem a infra-estrutura sobre a qual repousam os trabalhos de exploração da cana. É a sociedade açucareira que surge e, cujas raízes remontam aos primeiros engenhos instalados entre 1532-1534, em Pernambuco. Sob o ponto de vista econômico temos, portanto, uma sociedade agro-escravocrata.

Sob o ponto de vista étnico-cultural, três raças e três culturas: a branca, a negra e a indígena, determinam nesta sociedade um colorido multiforme que respondia pela presença de línguas, costumes, crenças, valores e tradições diferentes e até mesmo antagônicos.

Sob o ponto de vista político, dois grandes grupos dividem esta sociedade. De um lado, o grupo dos senhores de engenhos, proprietários do poder, e, de outro lado, os demais componentes étnicos, subordinados a este poder. Face a este poder dos senhores de engenhos, a autoridade da metrópole era inexistente: o Estado Colonial, escreve Caio Prado Júnior, é o poder dos senhores de engenhos(2). Poder que subordina as câmaras municipais, que escraviza ilegalmente o indígena, que desacata as determinações da metrópole e que, por consequência, põe em perigo a própria unidade política da colônia.

Sob o ponto de vista moral, fatores diversos concorrem para a decadência dos costumes éticos no seio desta sociedade(3). Sobre este assunto, rezam os documentos e afirmam os historiadores, nela imperam a poligamia(4), a concubinação(5), a intoxicação sexual(6), a pederastia(7) e desregramentos de toda ordem(8).

Sob o ponto de vista religioso, um clero secular de vida irregular, trilhando o mesmo caminho dissoluto dos colonos(9), instigando a poligamia(10), a escravidão indígena(11), e antropofagia(12) tem em suas mãos o governo da Igreja colonial. Trata-se de um clero "cheio de vícios"(13), "escandaloso e sedicioso"(14), gerando "discórdias" na colônia(15), "perseguido" e procurando "destruir" a obra dos Jesuítas(16), um clero "mais interessado no dinheiro do povo" do que em qualquer outra coisa(17) e acarretando problemas às autoridades políticas (18). Este o quadro hierárquico que conduz os destinos da Igreja no seio desta sociedade.

Sob o ponto de vista estritamente pedagógico, não é menos confortável a situação da colônia. Antes dos Jesuítas, nenhuma instituição escolar nela existe. O analfabetismo nela impera e, ao problema são insensíveis as autoridades da colônia e da metrópole.

Diante deste quadro contextual surge o tema central deste artigo: qual a contribuição efetiva que ofereceu a esta sociedade o discurso dos Padres da Companhia de Jesus?

Partindo da análise dos documentos anteriormente citados situamos esta contribuição em três níveis: ao nível religioso, ao nível político e ao nível pedagógico.

2. A CONTRIBUIÇÃO AO NÍVEL RELIGIOSO

Antes de evocarmos os documentos vale ressaltar que a contribuição a este nível religioso decorre em primeiro lugar das próprias razões que determinaram Inácio de Loiola a fundar sua Companhia. Ela é uma instituição essencialmente destinada à propagação da Fé. Este o propósito que moveu Loiola a enviar seus emissários por toda a Europa, à Ásia, à Oceania, à África e posteriormente às Américas. Este o motivo que explica a instalação dos inicianos em 1540 em Portugal(19).

Quanto ao Brasil, a chegada dos primeiros Jesuítas em 1549 também se justifica, em parte, a partir do interesse do Rei D. João III em difundir o Evangelho em todos os seus domínios(20). Sobre o assunto, escrevia o monarca, "eu atribuo uma importância capital"(21). E, à causa da evangelização concentram os Jesuítas suas atividades no Brasil. "O motivo pela qual fomos enviados a estas terras, escreve o Padre Manuel da Nóbrega aos 10 de abril de 1549, é para fazermos conhecido o nome de Nosso Senhor"(22).

Correspondências enviadas de Roma pelos Superiores maiores da Companhia aos Padres do Brasil confirmam igualmente este interesse evangélico. "Estais nestas terras, escreve o Superior Geral, Padre Diego Laynes, para obterdes a conversão das almas e arrancá-las das trevas da infidelidade"(23).

Como instrumentos desta evangelização instalam os Jesuítas os aldeamentos indígenas(24), edificam igrejas(25), organizam as missões volantes e vão aos engenhos(26), pregam nas cidades(27), visitam os hospitais(28), as prisões(29), as senzalas, instalam Confrarias(30) e, colocam suas instituições escolares a serviço da catequese.

No Brasil colonial, portanto, o Jesuíta é sobremaneira um missionário, um pregador do Evangelho, um veículo da difusão dos valores e ideais católicos. Sua mensagem, sem discriminação, se dirige aos bran-

cos, aos negros, e particularmente aos índios.

Nestes trabalhos constantes de evangelização situamos a contribuição de ordem religiosa que os Padres da Companhia oferecem à sociedade colonial brasileira. Nela procuram eles construir uma unidade religiosa, mesmo que para tanto necessário se faça a destruição de alguns valores próprios à cultura indígena, negra ou branca. Alguns destes valores eram evidentemente opostos à ótica moral e religiosa dos inácianos. Daí decorre esta destruição visando esta unidade onde devem predominar os valores católicos. Neste sentido, segundo o ponto de vista de Gilberto Freyre, foram os missionários católicos "os grandes destruidores de culturas não européias do século XVI"(31).

Conseguiram os Jesuítas esta unidade? Partindo dos documentos em consideração neste artigo, não podemos formular uma resposta categórica sobre o assunto. E, a razão é simples: tais documentos se referem a um período histórico bastante reduzido durante o qual o discurso dos Padres da Companhia apenas se delineia.

Contudo, apesar desta limitação histórica, já é suficientemente clara a intenção dos inácianos em vista esta unidade. Esta nossa suposição vem confirmada por diversos escritores contemporâneos, entre outros, Gilberto Freyre, João Ribeiro e Sílvia Romero.

O catecismo dos Jesuítas, escreve Freyre, foi "o cimento de nossa unidade" em meio colonial(32). O discurso dos Padres da Companhia, afirma João Ribeiro, favoreceu a construção de um "espírito de unidade" na sociedade brasileira(33), unidade, acrescenta Sílvia Romero, que se manifesta não apenas no domínio religioso como no domínio jurídico(34).

3. A CONTRIBUIÇÃO AO NÍVEL POLÍTICO

Com relação ao nível político, a contribuição dos Jesuítas à sociedade colonial se revela sob múltiplos aspectos. Em primeiro lugar, por seu caráter de subordinação e dependência aos interesses da metrópole. A este título, lembramos a passagem de uma carta de Inácio de Loyola endereçada ao primeiro Provincial do Brasil, Padre Manuel da Nóbrega. "Nossa Companhia (no Brasil), escreve Loyola, é um empreendimento subordinado ao Rei de Portugal"(34).

Está em jogo não apenas uma dependência de ordem religiosa, histo-

ricamente justificada pelo regime de padroado como também de uma dependência de ordem política, esta justificada, ao nosso ver, pela forma como a catequese vem integrada aos interesses políticos de Portugal dentro dos "Regimentos" do Governador Tomé de Souza que chega ao Brasil acompanhado pelos primeiros Jesuítas. Esta dependência se manifesta em todos os domínios da atividade dos Padres da Companhia: para sua manutenção econômica, para a instalação de escolas, para a penetração dos missionários ao interior das Capitanias, etc.

Em termos mais concretos, a contribuição dos Jesuítas ao nível político se traduz, por exemplo, na luta incansável que empreendem em prol da liberdade do índio contra os interesses escravagistas dos senhores de engenhos. Desta escravidão advinha em parte o poder político concentrado nas mãos destes senhores. Contrariando estes interesses a contribuição dos Jesuítas não é apenas útil à metrópole como também ela instaura na sociedade colonial um programa onde o direito primário do homem à liberdade vem como uma característica fundamental deste programa. Nesta contribuição encontramos uma vez mais a dimensão de dependência que caracteriza a obra jesuítica no Brasil aos propósitos colonialistas de Portugal(35). Preservando o índio do regime escravagista dos senhores de engenhos enfraquecem os Jesuítas a base do poder destes senhores e, em consequência, contribuem para a salvaguarda da unidade política ameaçada em meio colonial por este mesmo poder.

Em outros aspectos não é menos importante esta contribuição ao nível político. Temos em evidência a participação direta dos Padres da Companhia na luta armada empreendida em 1560 pelo Governador Men de Sá tendo em vista a expulsão dos invasores franceses da Capitania do Rio de Janeiro(36). Participação esta de suma importância pois se prende à salvaguarda da própria integridade política do meio colonial.

Mas, não fica aqui tal contribuição. Junto às autoridades políticas coloniais são os Jesuítas seus "conselheiros"(37), indicam nomes para a gerência de assuntos administrativos(38), dirimem questões surgidas nesta administração(39) e, nela interferem, sempre que solicitados(40).

Nestes termos, o Jesuíta é um aliado do poder político, reforçando este poder, colaborando com ele.

4. A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA

No setor especificamente pedagógico a contribuição dos Padres da Companhia à sociedade colonial brasileira se revela em primeiro lugar como uma contribuição pioneira. Como dissemos, antes deles, nenhuma instituição escolar existe na colônia. São eles os promotores da educação institucionalizada, fundando escolas que entre 1549-1568 se estendiam já de Pernambuco a São Paulo.

Não nos cabe aqui entrar na discussão do caráter elitista, seletivista, academicista ou reprodutivista destas instituições. Este assunto é atualmente objeto de uma vasta literatura onde se registram pontos de vista diferentes e controversos(41).

Restringindo-nos apenas à contribuição que esta obra pedagógica ofereceu à sociedade brasileira colonial cabe-nos lembrar que ao lado de sua dimensão pioneira ela enseja o surgimento de uma elite cultural composta de escritores, poetas e literatos entre os quais figuram os nomes de Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e outros mais.

Contribui ainda esta obra para a unificação de valores, aspirações, tradições e costumes em meio colonial. Unificação que se processa através de um intercâmbio entre os diferentes componentes étnicos que freqüentam estas instituições escolares e onde os Jesuítas procuram impor um programa uniforme. Sob o ponto de vista étnico, antropológico e pedagógico um importante diálogo inter-cultural e trans-cultural é assim posto em execução dentro destas instituições.

Em resumo estas são algumas das contribuições que uma análise dos documentos referidos nos permitem identificar dentro do discurso implantado pelos Padres Jesuítas no Brasil durante o período histórico considerado neste artigo.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Serafim Leite — *Monumenta Brasiliae*, vols. I, II, III, IV, São Paulo, 1954, e Via del Penitenzieri, Roma, 1956, 1958, 1960.
- (2) Caio Prado Júnior — *Evolução Política do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1975, p. 31.

- (3) Sobre o assunto, ver Aécio Feitosa — *Lettres des Jésuites: une contribution à l'Histoire de l'Education au Brésil*, tese de doutoramento, IIª Parte, Capítulo II, Universidade Católica de Louvain, Louvain-la-Neuve, Bélgica, 1984.
- (4) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 119, 371.
- (5) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I p. 438.
- (6) Gilberto Freyre — *Casa Grande e Senzala*, 17ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975, p. 93.
- (7) Gilberto Freyre — *Maîtres et Esclaves*, edições Gallimard, Paris, p. 131.
- (8) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. II, p. 5.
- (9) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 285, 290.
- (10) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 270.
- (11) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. IV, p. 415.
- (12) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. I p. 270.
- (13) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. II, p. 230.
- (14) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. II, p. 240, 241.
- (15) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 435.
- (16) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 359, 373. Ver também L. Christiani em Augustin Fliche e Victor Martin — *Histoire de l'Eglise*, vol. XVII, edições Bloud e Gay, Paris, 1951, p. 490.
- (17) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 454; Vol. II, p. 214.
- (18) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. II, p. 214.
- (19) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 87 a 108.
- (20) Ver o texto dos "Regimentos" do Governador Tomé de Souza em *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 4-7.
- (21) "Regimentos" do Governador Tomé de Souza. *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 5.
- (22) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 134.
- (23) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 7.
- (24) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 126, 430.
- (25) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. IV, p. 72, 78, 422.
- (26) Sobre o assunto ver Aécio Feitosa, opus cit. IIª Parte, capítulo IV.
- (27) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 110, 120.
- (28) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 185; Vol. II, p. 238, 436.
- (29) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 238.
- (30) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 566; Vol. IV, p. 312.
- (31) Gilberto Freyre — *Casa Grande e Senzala*, opus cit. p. 109.
- (32) Gilberto Freyre — *Maître et Esclaves*, opus cit. p. 62.

- (33) João Ribeiro, citado por Gilberto Freyre, opus cit. p. 62.
- (34) Silvio Romero, citado por Gilberto Freyre, opus cit. p. 62.
- (35) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. I, p. 508.
- (36) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 248-269; Vol. IV, p. 256.
- (37) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. IV, p. 175 (rodapé).
- (38) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 466.
- (39) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 375.
- (40) *Monumenta Brasiliae*, opus cit. Vol. III, p. 375.
- (41) Sobre o assunto ver entre outros autores Otaiza de Oliveira Romanelli — *História da Educação no Brasil* (1930-1975), Editora Vozes, Petrópolis, 1978. Walnir Chagas — *Educação Brasileira: o ensino de 1º e 2º Graus. Antes, agora e depois?* Saraiva S/A Livheiros Editores, São Paulo, 1978. Izabel Ribeiro Freire — *Le Système Scolaire Brésilien: une approche socio-historique*, tese de doutoramento, Universidade Católica de Louvain, Louvain-la-Neuve, Bélgica, 1982.